



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema socioeducativo

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 02 de fevereiro de 2021.

Início: 14h00min.

Término: 14h52min.

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Luciana Assad - Juíza da Comarca de Foz do Iguaçu Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Luciana Linero Defensoria Pública do Paraná Dr. Bruno Muller Silva OAB/PR Dra. Karina Sabatke</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública - SESP ---- CEDCA Márcio Bernardes de Carvalho DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, responsável pela Divisão Psicossocial Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde Solimar Gouveia</p>
--	---

Assuntos da Pauta

- 1. Aprovação da ata da reunião de 10 de dezembro de 2020;**
- 2. Dease: atualizações**
- 3. Ofícios ao Governador e a SESA:** vacinas para as unidades socioeducativas;
- 4. E-book:** atualizações/andamento; elaboração do prefácio
- 5. Plano de Ações e atividades 2021**
 - a. Lives; hot site; meio aberto; incentivos; ações

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e em seguida passou a palavra à Dra. Noeli Reback para a condução dos trabalhos, que submeteu a pauta do dia 10 de dezembro de 2020 para aprovação, a qual foi aprovada pelos membros. Na sequência, passou à palavra aos representantes do DEASE:

Cel. David Pancotti informou sobre uma violação às orientações estabelecidas em portaria a respeito das visitas. Houve a visita inesperada de um integrante da secretaria à uma unidade de socioeducação, mesmo sabendo das limitações impostas. O fato foi comunicado ao Secretário da SEJUF, para que sejam tomadas as providências; ainda, o procedimento instaurado será enviado ao Comitê para amplo conhecimento;

Carla Lins trouxe a atualização sobre a situação das unidades em relação aos dados da covid-19; nesta data, são 6 (seis) unidades com casos de covid-19: CENSE Campo Mourão, com 11 servidores que apresentam suspeita (por ter tido contato com pessoas que foram infectadas), sem confirmação e 2 (dois) positivos; CENSE Cascavel 1, com um agente masculino com suspeita; CENSE Curitiba, 2 agentes masculinos com suspeita; CENSE Foz do Iguaçu, 1 agente com suspeita e 1 agente positivo; CENSE Londrina 1, com 1 agente positivo e 2 suspeitos; CENSE Ponta Grossa, 4 suspeitos; CENSE Toledo, 1 agente suspeito. Ressaltou que nenhum adolescente com suspeita ou que tenha sido contaminado;

Dra. Noeli destacou a expedição dos ofícios à SESA e ao Governo do Estado, o qual solicita atenção e inclusão dos adolescentes e servidores do sistema socioeducativo na prioridade de vacinação contra o covid-19;

Cel. David Pancotti informou que a Prefeitura de Curitiba incluiu os profissionais de saúde destas unidades na priorização da vacinação; que também as unidades de Laranjeiras do Sul e Toledo também tiveram os profissionais da equipe de saúde imunizados;

Carla Lins pontuou que em consulta às unidades, tem a informação que os adolescentes e servidores das unidades estão todos contemplados nos planos municipais de imunização;

Cel. David Pancotti noticiou a realização do PSS para os cargos técnicos (médicos, enfermeiros, psicólogos) para o sistema, com perspectiva de contratação para março de 2021; também estão diligenciando para a realização de PSS para agentes de segurança socioeducativo até que se tenha definição de um concurso público;

Dra. Noeli informou ao comitê sobre as dificuldades existentes em relação à oitiva de adolescentes e a tentativa de que fossem ouvidos no Fórum, que foi o caso de Foz do Iguaçu, a pedido da Defensoria Pública, situação que se tornou sob judge, havendo decisão do CNJ pelo arquivamento e aguardando decisão de mérito no TJPR;

Dra. Luciana Assad acrescentou que a Segunda Câmara Criminal do TJPR manteve a decisão liminar no sentido de manter a proibição da presença dos pais nos CENSEs, em resposta ao pedido da Defensoria Pública de que os pais ingressem nos CENSEs para que os adolescentes fossem ouvidos na presença dos pais; assim, a decisão se deu no sentido de que os pais podem ouvir o depoimento dos filhos no fórum enquanto o adolescente permanece no CENSE; em relação ao CNJ, não houve decisão no mérito, vez que a situação estava sob judge, haveria a necessidade de se aguardar a decisão do TJPR, o que justificou o arquivamento no CNJ;

Cel. David Pancotti informou da disponibilização de recursos do FIA para a reforma do CENSE de Foz do Iguaçu, com abertura dos editais para contratação das obras necessárias;

Márcio Bernardes trouxe a atualização sobre os trabalhos em relação ao E-book, com a segunda revisão realizada, totalizando 29 artigos e 496 páginas, envolvendo 89 autores; no momento está pendente a introdução, que ficaria ao encargo do Des. Ruy e Dra. Noeli; o E-book, com vários títulos, sendo os primeiros a tratarem da contextualização, trazendo o contexto da pandemia e também questões teóricas; a fase final é de diagramação e artística, com desenho dos adolescentes como capa; após, o E-book terá seu registro em ISBN, com o possível lançamento em abril de 2021; sugeriu que as boas práticas trazidas nos artigos sejam desenvolvidas como ações continuadas e que podem ser aprimoradas pelo comitê; lembrou ao Comitê que o ano de 2021 é o ano do Plano Plurianual dos Municípios e que na reunião do CONTIBA, foi discutido que para cumprir os artigos 30 e 31 do Sinase, (porcentagem de

recursos do fundo municipal para as ações do Sinase), estão no mínimo colocando um projeto de R\$100.000 (cem mil reais) e que os municípios precisam cumprir essa disposição; ressaltou que a arrecadação dos municípios e dos Estados tiveram uma redução de 14% e essa redução pode implicar em cortes nas áreas sociais e também o corte de recursos do governo federal para áreas que antes eram permanentes podem acarretar em problemas nos próximos anos; destacou a importância de garantir a boa gestão ou saúde financeira da política socioeducativa;

Dra. Noeli alinhou com o Des. Ruy a escrita do prefácio do E-book; registrou a presença da Dra. Juliana Marques Resende do programa Fazendo Justiça

Dra. Juliana Marques Resende pontuou a importância do Comitê e a boa visão do CNJ em relação ao Comitê Paranaense, parabenizando as boas ações e ressaltando a importância de dar maior visibilidade ao Comitê;

Dra. Noeli esclareceu o item sobre o plano de ações e atividades para 2021, trazendo o contexto da pandemia que ainda perdurará por este ano, sendo necessário pensar ações, que sejam a exemplos do ano passado, como “lives” e notas técnicas. Assim, como encaminhamento para a próxima reunião se estabelecer essas metas, pensando em ações para o meio aberto, que apresenta certas dificuldades, vez que o meio fechado apresenta uma situação de controle; pensar também o retorno às aulas dos adolescentes do sistema socioeducativo;

Des. Ruy Muggiati informou que para 05 de março de 2021 está agendada a reunião de repactuação do Programa Fazendo Justiça e que o planejamento do Comitê vai ao encontro com os tópicos da repactuação, sendo importante essa articulação entre os planejamentos e atividades;

Dra. Noeli sugeriu que o planejamento do comitê seja elaborado a partir da repactuação com o programa Fazendo Justiça, para melhor sincronização das ações; questionou Cel. Pancotti sobre a vacinação na socioeducação, se existe uma posição em relação à vacinação nas unidades do interior, vez que informou sobre a disponibilização das vacinas para os profissionais da Capital pela prefeitura;

Cel. Pancotti informou que o DEASE oficiou a prefeitura de Curitiba para a vacinação nas unidades e que o modelo adotado em Curitiba foi repassado para todas as unidades do interior, para que buscassem a mesma via de diálogo com a municipalidade; assim, cada unidade oficiou a prefeitura local, manteve contato com a prefeitura e secretarias de saúde, buscando o atendimento pretendido, Como exemplo, a Unidade de Toledo teve atendimento e outras prefeituras têm sinalizado positivamente para a vacinação nos CENSES ou casas de semiliberdade, como Ponta Grossa, que também estabeleceu diálogo com a Prefeitura e aguarda um posicionamento. Por fim, informou que as empresas licitadas, o sistema Fiepe, CIEE e outros parceiros estão se integrando ao sistema para a oferta de oportunidades aos adolescentes, com ações a serem implementadas a partir de março, com diversas atividades;

Des. Ruy informou que o CNJ editou em 19 de janeiro a resolução 367 que dispõe sobre diretrizes e norma geral para a criação de Central de Vagas no sistema socioeducativo no âmbito do poder judiciário, utilizando o modelo do Paraná para todo o Brasil;

Cel. Pancotti informou a existência da criação de um projeto de Lei para a criação da central de vaga no Paraná,

Dra. Noeli consultou os membros sobre a permanência das reuniões em período quinzenal e no período vespertino, às 14h00min, havendo a concordância de todos;

Des. Ruy Muggiati encerrou a reunião, pontuando a continuidade das ações do comitê, que apresentaram bons resultados e as situações bem controladas, desejando que as boas práticas possam estar presentes durante 2021, com soluções concretas e factíveis, como já vem sendo apresentados os bons resultados desse comitê.

Encaminhamento: agendamento da próxima reunião para o dia para o dia 18 de fevereiro de

2021, às 14h00min.